

Substituição de culturas e transformações na organização do espaço rural de Maringá, a nível das relações sociais e jurídicas. *

DALTON AUREO MORO **

1 – INTRODUÇÃO

Entre o final da década de sessenta e o início da de setenta, a região de Maringá, contida no Norte Novo do Estado do Paraná, assistiu, de início, lentamente e logo a seguir de forma mais dinâmica, à substituição de suas lavouras de café, que até então dominavam de maneira absoluta a paisagem da região, caracterizando a presença de uma monocultura comercial, pela cultura associada da soja e trigo.

Regionalmente, pelo menos até meados dos anos sessenta, a cafeicultura já vinha cedendo lugar às pastagens, notadamente como resultado dos programas oficiais de erradicação de cafeeiros anti-econômicos, além de outros fatores que também afetam o empreendimento econômico da cultura do café.

A implantação de novas culturas de caráter temporário, com elevado índice de mecanização, em substituição às culturas permanentes, com o emprego de técnicas agrícolas quase que exclusivamente braçais, como é o caso da cultura associa-

da da soja e trigo, em substituição à cultura do café, exige transformações técnicas que se refletem em modificações da organização social e econômica do quadro regional, que por sua vez se expressam na organização do seu espaço.

O espaço rural de Maringá, compartimentado em sua maior parte em pequenas e médias propriedades, ocupadas em sua maioria pela monocultura comercial do café, empregando numerosa mão-de-obra, passou a sofrer o impacto das mudanças de técnicas empregadas pelas novas lavouras. Essas novas técnicas agrícolas desencadearam uma série de expressivas transformações na organização social e econômica do território ocupado, conseqüentemente na organização do seu espaço rural.

Na verdade, a substituição de culturas que se materializou na paisagem regional, notadamente da cultura do café, e em segundo plano de outras atividades produtivas, pela cultura associada da soja e trigo, utilizando novas técnicas agrícolas, implicou em significativas transformações em diversos aspectos da organização do espaço rural.

No âmbito da organização do espaço, o presente estudo limitar-se-á a abordar as transformações mais significativas, que se manifestaram a nível das relações sociais e jurídicas, verificadas nos regimes de exploração, nas relações trabalhistas e nos índices de cooperativismo e sindicalização.

(*) O presente estudo faz parte de um trabalho mais amplo, referente à Dissertação de Mestrado, defendida na USP, em 12-06-80.

(**) Professor do Departamento de Geografia, da Universidade Estadual de Maringá.

Nessa perspectiva, este estudo baseia-se, exclusivamente, na observação empírica do comportamento da atividade produtiva principal em 80 (oitenta) estabelecimentos agropecuários da zona rural de Maringá, somando 1.298,01 alqueires, ou seja 6,64% da área total da zona rural. Abrange um período de 10 (dez) anos, compreendido entre os anos de 1968 a 1977, desde o início da substituição da cultura do café pela cultura associada da soja e do trigo, até a definição desta na paisagem regional. Dessa forma, o termo "fase anterior" dirá respeito ao período de domínio da monocultura comercial do café, isto é, anterior a 1968, enquanto que o termo "fase atual" corresponderá ao período que caracterizou o processo de substituição da cultura do café pela cultura associada da soja e do trigo, quer dizer de 1968 a 1977.

Segundo revelou a amostragem, em apenas 10 (dez) anos, dentre os 80 (oitenta) estabeleci-

mentos tomados como amostra, 57, ou seja 71,25% deles, mudaram de atividade produtiva principal, enquanto que somente 23, ou seja 28,75%, não a modificaram (Tabela I e II).

Entre os 57, ou seja 71,25%, estabelecimentos que modificaram a atividade produtiva principal, a maioria deles, 51, ou seja 89,47%, adotou a cultura associada da soja e do trigo como atividade produtiva principal, e apenas 6, ou seja 10,53%, a pecuária (Tabela III).

Certamente, diante desse dinâmico processo de substituição de culturas, o espaço rural do município de Maringá passou por significativas transformações na sua organização, desencadeadas pela adoção de novas técnicas agrícolas, refletindo nos mais variados aspectos da organização social e econômica do seu território, dentre os quais as relações sociais e jurídicas serão, no momento, objeto de análise.

TABELA I

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL EM 80 ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS DA ZONA RURAL DE MARINGÁ NO PERÍODO DE 1968 a 1977.

NÚMERO DE ESTAB.	ESTAB. QUE NÃO MUDARAM DE ATIVIDADE	%	ESTAB. QUE MUDARAM DE ATIVIDADE	%	ANO DA MUDANÇA DA ATIV. PRODUTIVA									
					68	69	70	71	72	73	74	75	76	77
80	23	28,75	57	71,25	2	2	7	8	3	6	3	25	1	0

TABELA II

PRINCIPAL ATIVIDADE PRODUTIVA ANTERIOR E POSTERIOR A 1968 ENTRE 80 ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA ZONA RURAL DE MARINGÁ

SITUAÇÃO EM 1967			SITUAÇÃO EM 1977			RESUMO			
ÁREA DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO: 19.548,10 alqueires						NÃO ALTERARAM		ALTERARAM	
Atividade	Estab.	%	Atividade	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%
—	—	—	Café	21	28,77	21	26,25	—	—
Café	73	91,25	Soja/trigo	46	63,01	—	—	46	57,50
—	—	—	Pecuária	6	8,22	—	—	6	7,50
Pecuária	5	6,25	Pecuária	1	20,00	1	1,25	—	—
—	—	—	Soja/trigo	4	80,00	—	—	4	5,00
Lav. Branca	—	—	Lav. Branca	1	50,00	1	1,25	—	—
—	2	2,50	Soja/trigo	1	50,00	—	—	1	1,25
TOTAL	80	100,00	—	80	100,00	23	28,75	57	71,25
ÁREA: alq.	1.082,51	5,53	—	1.298,01	6,64	188,66	14,53	1.109,35	85,46

TABELA III
ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL ANTERIOR E POSTERIOR A 1968
ENTRE OS ESTABELECIMENTOS QUE MUDARAM DE ATIVIDADE PRODUTIVA

ESTABELECIMENTOS			ATIVIDADE PRODUTIVA	SITUAÇÃO EM 1967		SITUAÇÃO EM 1977	
TOTAL	Mudaram	%			%		%
80	57	71,25	Lav. de Café	52	91,23	—	—
			Lav. Soja/trigo	—	—	51	89,47
			Pecuária	4	7,02	6	10,53
			Lav. Branca	1	1,75	—	—
80	57	71,25	TOTAIS	57	100,00	57	100,00

2 — AS RELAÇÕES SOCIAIS E JURÍDICAS

2.1 — REGIME DE EXPLORAÇÃO

As formas de parceria caracterizadas segundo o IBGE (1975, XXIV) definem duas categorias de parceiros: a dos parceiros responsáveis e a dos parceiros não responsáveis. Como parceiros responsáveis são definidos os parceiros autônomos com responsabilidade pela administração da unidade produtiva. Como parceiros não responsáveis são definidos os parceiros isentos de qualquer responsabilidade administrativa no estabelecimento produtor.

O regime de parceria, na região de Maringá, aparece ligado à cafeicultura e, via de regra, ocorre com maior frequência nos estabelecimentos com área superior a 5 alqueires, quando é necessária a utilização de mais uma família para tomar conta das atividades produtivas. Também, nos pequenos estabelecimentos, quando se caracteriza o absentismo do proprietário. No primeiro caso, predomina a presença do parceiro não responsável, enquanto que no segundo há ocorrência do parceiro responsável, com responsabilidades concernentes às atividades administrativas e produtivas do estabelecimento.

Durante a fase anterior de predomínio da monocultura comercial do café, isto é anterior a 1968, os estabelecimentos explorados pelo regime de parceria representavam 52 — 61,40% — e os explorados em regime individual pelo próprio proprietário somavam 28 — 38,60% —, dentre os 80 tomados na amostragem (Tabela IV).

O processo de substituição da atividade produtiva principal, especialmente da cultura do café pela cultura associada da soja e trigo, face às novas técnicas empregadas, provocou significativas transformações nos regimes de exploração, até então vigentes.

No geral, na fase atual — em que a cultura da soja e do trigo se constituem na atividade produtiva principal da maioria dos estabelecimentos —, os estabelecimentos explorados pelo regime de parceria representam 20 — 25,00% — ou seja, menos 61,54% com relação à fase anterior; os explorados em regime individual pelo próprio proprietário somam 41 — 51,25% — ou seja, 46,41% a mais que na fase anterior; os explorados em regime de arrendamento somam 14 — 17,50% — ou seja 100,00% a mais; os explorados em regime de condomínio somam 5 — 6,25% — ou seja 100,00% a mais, conforme revelou a amostragem (Tabela IV).

TABELA IV
REGIME DE EXPLORAÇÃO ENTRE 80 ESTABELECIMENTOS DA ZONA RURAL DE MARINGÁ EM 1967 e 1977

REGIMES	PRINCIPAL ATIVIDADE PRODUTIVA — 1967				PRINCIPAL ATIVIDADE PRODUTIVA — 1977				
	Café	L. Branca	Pecuária	Total	Café	L. Branca	Pecuária	Soja/Trigo	Total
ESTABELECIMENTOS	73	2	5	80	21	1	7	51	80
Parceria	53	—	—	52	17	—	—	3	20
%	71,23	—	—	61,40	80,95	—	—	5,88	25,00
Proprietário	21	2	5	28	4	1	7	29	41
%	28,77	100,00	100,00	38,60	19,05	100,00	100,00	56,86	51,25
Arrendamento	—	—	—	—	—	—	—	14	14
%	—	—	—	—	—	—	—	27,46	17,50
Condomínio	—	—	—	—	—	—	—	5	5
%	—	—	—	—	—	—	—	9,80	6,25
TOTAIS	73	2	2	80	21	1	7	51	80

Assim sendo, o regime de parceria permaneceu basicamente nas lavouras de café, de sorte que dos 21 estabelecimentos que mantiveram a cafeicultura como atividade principal, o regime de parceria encontra-se presente em 17 deles ou seja 80,95%, enquanto que 4 ou 19,05% são explorados diretamente pelo proprietário (Tabela IV). Por outro lado, nos estabelecimentos que têm a rotação da soja e trigo como atividade produtiva principal, o regime de parceria é encontrado em apenas 3 deles ou 5,88%, assim mesmo, em dois deles sobre as lavouras de café remanescentes da fase anterior. De modo que, na verdade, somente em um encontra-se a parceria na exploração da atividade produtiva principal do estabelecimento.

O emprego de técnicas agrícolas com elevado índice de mecanização, na cultura associada da soja e do trigo, desencadeou profunda redução no regime de parceria. Em contrapartida, provocou significativo aumento no regime de exploração direta pelo proprietário. A mecanização facilitou, sobremaneira, a realização das atividades produtivas, tornando praticamente desnecessária a parceria, senão em situações especiais. No estabelecimento cafeicultor, a parceria é um dos regimes de exploração mais utilizado. Já, entre os estabelecimentos ocupados pela cultura associada da soja e trigo, como já foi destacado, ela ocorre em apenas 3 — 5,88% — deles, em dois dos quais sobre a lavoura de soja e trigo. Devido, principalmente, aos laços de amizade e de dependência, entre proprietário e parceiro, herdados da fase anterior, da lavoura cafeeira. No entanto, o regime de exploração direta pelo proprietário ocorre em 29 estabelecimentos ou seja em 56,86%, tornando evidente que sob o domínio da cultura associada da soja e trigo, dado principalmente ao caráter temporário dessas culturas, assim como ao seu elevado índice de mecanização, o regime de exploração mais adequado, regionalmente, é aquele realizado diretamente pelo proprietário (Tabela IV).

O regime de arrendamento, que praticamente não se fazia presente na área, atualmente, é empregado em 27,46% dos estabelecimentos que têm na cultura da soja e do trigo sua atividade produtiva principal. Na área de Maringá, verificou-se que o produtor rural bem sucedido, na falta de terras para expandir suas atividades, e não podendo comprá-las, quer pela limitação do seu capital ou pela resistência do proprietário, toma-as em arrendamento, mediante pagamento de uma quantia fixa em dinheiro ou sua equivalência em produtos, ao proprietário que carece de capital e técnicas para explorá-las individualmente. Dependendo das condições do contrato, o proprietário poderá ou não trabalhar na produção. Comumente, toda ati-

vidade produtiva e os riscos dela decorrentes ficam sob a responsabilidade do produtor, isto é, daquele que toma a terra em arrendamento. Na verdade, em somente um caso, o proprietário vendia seu trabalho ao arrendatário.

O regime de condomínio, também praticamente inexistente na fase anterior, se faz presente atualmente em 9,80% dos estabelecimentos ocupados pelo binômio agrícola soja-trigo. O sistema de produção soja-trigo, devido às suas peculiaridades, requer substanciais investimentos anuais para cada cultura. De modo que, na insuficiência de capital individual, ocorre a associação de pequenos investidores para explorarem uma propriedade rural sob o regime de condomínio. Neste regime, todos participam segundo o capital investido. Via de regra, é formado por pessoas ligadas entre si por vínculos de família, sobre propriedades partilhadas por herança, arrendadas ou quando muito compradas. Quando por herança, na nova realidade agrícola, é mais viável, economicamente, explorar as terras na forma de um único estabelecimento, do que em vários outros independentes. Havendo sucesso na exploração unificada, é natural que ocorra o interesse em expandir as atividades, através da compra ou arrendamento de mais terras, sob a égide do mesmo regime de exploração.

2.2 — AS RELAÇÕES TRABALHISTAS

A mudança de técnicas agrícolas que, sem dúvida, haveria de ocorrer num processo de substituição de culturas, como no caso da cafeicultura pela cultura associada da soja e trigo, acabaria por desencadear significativas alterações nas relações trabalhistas e no efetivo humano ocupado nas atividades produtivas.

Durante a fase anterior de predomínio da monocultura comercial do café, o efetivo trabalhista permanente, ocupado na produção dos 80 estabelecimentos arrolados na amostragem, somava 491 pessoas para 1.082,51 alqueires, assim distribuídos: proprietários 5,50%; familiares dos proprietários 6,11%; parceiros 31,36%; familiares dos parceiros 42,16%; empreiteiros 0,41%; assalariados 14,46% (Tabela V).

As relações trabalhistas estabelecidas na estrutura sócio-econômica da cultura do café revestiam-se de características próprias. Nela o proprietário mantinha relações empregatícias, geralmente, com todas as categorias de trabalhadores rurais, de parceiros aos diversos tipos de assalariados.

Como parceiros são definidas as pessoas ocupadas nas atividades produtivas, subordinadas à administração do estabelecimento e que recebem

TABELA V

EFETIVO DO PESSOAL PERMANENTE OCUPADO NA PRODUÇÃO ENTRE 80 ESTABELECIMENTOS DA ZONA RURAL DE MARINGÁ, POR CATEGORIA DE RELAÇÃO TRABALHISTA, SEGUNDO A ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL EM 1967 E 1977

CATEGORIAS TRABALHISTAS	ATIVIDADE PRODUTIVA 1967				ATIVIDADE PRODUTIVA 1977				DIFERENÇA (+ ou -)	
	Lav. Branca	Lav. Branca	Pecuária	Total	Lav. Café	Soja/Triço	Lav. Branca	Pecuária		
Área	937,76	5,50	139,25	1.082,51	184,16	1.021,85	0,50	91,50	1.298,01	215,50 +
%	86,13	0,51	12,86	100,00	14,19	78,72	0,04	7,05	100,00	19,91 +
Estabelecimento	73	2	5	80	21	51	1	7	80	-
%	91,25	2,50	6,25	100,00	26,25	63,75	1,25	8,75	100,00	-
Proprietários	25	2	-	27	8	53	1	-	62	35 +
Fam. l. dos Prop.	5,27	66,67	-	71,94	8,51	31,36	100,00	-	22,80	129,63 +
%	29	1	-	30	9	20	-	-	29	1
Parceiros	6,12	33,33	-	6,11	9,57	11,84	-	-	10,66	3,33 -
%	154	-	-	154	43	17	-	-	60	94
Fam. l. dos Parc.	32,49	-	-	31,36	45,75	10,06	-	-	22,06	61,04 -
%	207	-	-	207	32	13	-	-	45	162
Empreiteiros	43,67	-	-	42,16	34,04	7,69	-	-	16,54	78,26 -
%	-	-	2	2	-	-	-	-	-	2
Assalariados Mens.	59	-	14,29	0,41	-	-	-	-	-	100,00 -
%	12,45	-	12	71	2	66	-	8	76	5 +
			85,71	14,46	2,13	39,05	-	100,00	27,94	7,04 +
TOTAL	474	3	14	491	94	169	1	8	272	219 -
%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	44,60 -

RESUMO 1967: 1 pessoa para 2,20 alq.;
1977: 1 pessoa para 4,77 alq.; - 2,57 alq. (116,54%) a mais.

como pagamento parte da produção obtida com o seu trabalho, geralmente uma terça, quarta ou meia parte (IBGE — 1975, XXIV). A categoria dos assalariados pertencem os trabalhadores rurais permanentes e temporários, que recebem em retribuição ao seu trabalho um valor em dinheiro.

Os assalariados permanentes são definidos como mensalistas e percebem, em retribuição à sua jornada mensal de trabalho, uma remuneração, comumente equivalente ao salário mínimo regional. Os assalariados temporários são representados pelos trabalhadores ocasionais designados por diaristas e pelos habituais designados por volantes, além dos ocasionais contratos para tarefas de longa duração, os empreiteiros.

Os assalariados temporários e ocasionais designados por diaristas dizem respeito às pessoas ocupadas nas atividades produtivas de pequenos e médios estabelecimentos, como proprietários ou parceiros que, em épocas de arrefecimento das atividades em suas unidades de produção, vendem seu trabalho a estabelecimentos circunvizinhos para execução de serviços temporários de curta duração, com remuneração por jornada diária de trabalho. Os assalariados temporários e habitualmente designados por volantes dizem respeito, via de regra, a ex-trabalhadores rurais, desativados do trabalho permanente que, permanecendo na região e passando a residir nas comunidades urbanas, são utilizados para execução de atividades agrícolas eventuais de curta duração, percebendo uma remuneração por jornada diária ou por tarefa contratada. Por empreiteiros são designados os assalariados contratados para a execução de tarefas ocasionais e temporárias de média e longa duração, via de regra para formação de lavouras de café ou de pastagens, percebendo um valor pelo total da tarefa empreitada; no caso da lavoura de café, usufruía dos frutos da terra até a primeira safra.

Dependendo da extensão da lavoura, do absentismo do proprietário, do número de estabelecimentos, em particular cafeicultores, pertencentes ao mesmo proprietário, ou ainda do desejo deste em não se envolver nas relações diretas com os trabalhadores, fazia-se presente a figura do administrador, por meio do qual se realizavam as relações trabalhistas com o pessoal ocupado na produção, assim como as tarefas gerais de administração e supervisão do empreendimento produtivo. Geralmente, além de receber um salário fixo mensal, recebe também uma certa porcentagem da produção.

Nos estabelecimentos cafeicultores, a categoria funcional de maior efetivo era constituída pelos parceiros e seus familiares, seguida da dos assalariados e por último da dos proprietários e seus

familiares. Nos ocupados pela “lavoura branca”, o proprietário e seus familiares se constituem na única categoria trabalhista. Nos ocupados por pastagens, o principal efetivo é formado pela categoria dos assalariados, seguida da dos empreiteiros (Tabela V). Assim mesmo, os empreiteiros são ocupados somente durante o período de formação das pastagens.

Na fase atual, em que a maioria dos estabelecimentos — 63,75% — tem na cultura associada da soja e do trigo sua atividade produtiva principal, o total do efetivo trabalhista permanente ocupado na produção dos 30 estabelecimentos, tomados como amostra, soma, tão somente, 272 pessoas para 1.298,01 alqueires, ou seja, a média de uma pessoa para 4,77 alqueires, assim distribuídos: proprietários 22,80%; familiares dos proprietários 10,66%; parceiros 22,06%; familiares dos parceiros 16,54%; assalariados 27,94% (Tabela V).

No geral, as modernas técnicas agrícolas com elevado índice de mecanização, empregadas especialmente na cultura associada da soja e trigo, proporcionaram uma redução de 44,60% no efetivo trabalhista, implicando num acréscimo de 116,54% ou seja 2,57 alqueires, na média de superfície trabalhada por pessoa (Tabela V).

Nos estabelecimentos que mantiveram a cafeicultura como principal atividade produtiva, o efetivo das categorias funcionais permaneceram praticamente inalterados. A não ser a redução ocorrida com os assalariados, que, da 12,45% na fase anterior, passaram para 2,13% na fase atual, motivada, sobretudo, pelos problemas conjunturais que afetam a cafeicultura, assim como pelo abandono desta pelos grandes estabelecimentos em benefício da cultura associada da soja e trigo. Tampouco houve alterações no efetivo das categorias funcionais dos estabelecimentos que têm na “lavoura branca” e na pecuária sua atividade produtiva principal, de sorte que, nestes últimos, o absentismo do proprietário é a regra geral.

Entretanto, naqueles estabelecimentos que promoveram a substituição da lavoura cafeeira pela cultura associada da soja e trigo, as alterações nas categorias funcionais foram bastante expressivas. Os assalariados 39,05% passaram a se constituir no maior efetivo trabalhista, seguidos em ordem decrescente pelos proprietários e seus familiares 43,20%; parceiros e familiares 17,75% (Tabela V).

As facilidades criadas pela mecanização, a fim de se concluir as atividades produtivas, contribuem para aumentar o número de proprietários a participar diretamente das tarefas agrícolas. Implicando diretamente na redução dos parceiros, que por sua vez são transferidos para a categoria de

assalariados e em maior escala para a de volantes, quando permanecem na região. A partir do momento que o proprietário, pessoalmente ou com o auxílio de reduzida mão-de-obra, passou a fazer frente às tarefas decorrentes das atividades produtivas, deixaram de existir as condições favoráveis à manutenção da parceira, senão nos casos especiais de vínculos de profunda dependência herdadas da fase anterior. Em consequência, a maior parte dos parceiros, que de um momento para outro viram-se marginalizados do processo produtivo, migram para as cidades, e, permanecendo na região, passam a constituir uma numerosa reserva de mão-de-obra agrícola temporária: os volantes (bóias-frias), ou quando muito conseguem engajar-se como assalariados rurais.

Ao mesmo tempo, o uso da terra através do arrendamento, de certo modo, também contribuiu para a redução do efetivo trabalhista dos parceiros tradicionais. Com efeito, quando do arrendamento *de um estabelecimento que era explorado pelo regime de parceria tradicional*, o parceiro e seus familiares cedem lugar, simplesmente, ao arrendatário ou ao trabalhador assalariado, quando necessário.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá, nos últimos anos, vem-se observando uma tendência na diminuição do número de filiações na categoria dos parceiros, em contrapartida a um aumento na média de filiações na categoria dos volantes, o que será objeto de discussão mais alongada no capítulo seguinte.

No geral, entre a fase anterior e a atual, houve uma redução no efetivo trabalhista permanente, equivalente a 44,60%. Por categoria funcional ocorreu aumento no efetivo trabalhista dos proprietários — 129,63% —, e dos assalariados — 7,04%. Por seu turno, as reduções ocorreram no efetivo dos familiares dos proprietários — 3,33%, dos parceiros — 61,04%, dos familiares dos parceiros — 78,26%, e, finalmente, dos empreiteiros — 100,00% (Tabela V).

As alterações que ocorreram nas relações trabalhistas, quer no total do efetivo trabalhista, quer nas categorias funcionais individuais, necessariamente provocariam uma redução na densidade demográfica rural.

Segundo a amostragem, na fase anterior, a densidade trabalhista era de 1 pessoa para 2,20 alqueires. Na fase atual, a densidade passou a ser de 1 pessoa para 4,77 alqueires, o que corresponde ao aumento de superfície de trabalho de 2,57 — 116,54% — alqueires por trabalhador, enquanto que a redução do total do efetivo trabalhista permanente, entre uma fase e outra, acusou 44,60%. Esta redução da população rural é em parte com-

provada pela redução do número de alunos matriculados nas escolas rurais do município. Segundo a Secretaria de Educação do Município de Maringá, em 1970, havia 925 alunos matriculados na primeira série do ensino fundamental. Em 1977, esse número caiu para 738 alunos, o que corresponde a uma redução de 22,48%, fato que, sem dúvida, atesta a tendência da migração cidade/campo, à medida que se acelera o processo de substituição de culturas, motivado pela adoção *de novas técnicas agrícolas, que elas requerem*. (Conforme dados fornecidos pelo Serviço de Administração da Secretaria de Educação do Município de Maringá).

Na verdade, a substituição de culturas, com significativas alterações nas relações trabalhistas, implica na redução do efetivo demográfico da zona rural, desencadeando significativas transformações na forma do povoamento rural, característico da época do domínio da cafeicultura.

Assim é que, durante a fase de predomínio da monocultura comercial do café, o povoamento rural se fazia ao longo de ambos os lados dos cursos d'água, próximos destes, no fundo dos vales, caracterizando uma forma de povoamento concentrado, linear, contínuo e paralelo. Atualmente, com o predomínio da cultura associada da soja e trigo, embora o povoamento rural conserve sua disposição linear no fundo dos vales — pois, ainda se utilizam algumas habitações e benfeitorias herdadas da fase anterior —, no entanto, apresenta-se disperso, completamente descontínuo e rarefeito, já que para tanto, também contribui, não só a formação de médias e grandes propriedades na área, assim como, a concentração da propriedade, pois, que objetivamente não se faz necessária a presença de habitações e benfeitorias, em todas as unidades de exploração subordinadas à mesma administração, via de regra, unicamente no estabelecimento sede.

2.3 — COOPERATIVISMO E SINDICALIZAÇÃO

A nova realidade agrícola, que se implantou no espaço rural de Maringá, vem contribuindo para dinamizar os índices de filiação cooperativista e sindicalista que, pelo menos, até 1970, ocorria num ritmo bastante lento. Essa tendência de filiação verifica-se, especialmente, entre o pessoal dos estabelecimentos que promoveram a substituição de culturas, sendo que, no caso do sindicalismo, as alterações verificam-se nos índices de filiação entre as categorias de parceiros e volantes.

Entre os 23 estabelecimentos que não mudaram a atividade produtiva principal, o número de produtores filiados a cooperativas é de apenas 7 ou 30,43%. Já, entre os 57 estabelecimentos que a

promoveram, o número de cooperados é de 35 ou 61,40%. Portanto, verificou-se um aumento significativo no índice de filiação, sob o domínio da

cultura associada da soja e trigo, se comparado com a fase anterior de domínio da monocultura comercial do café (Tabela VI).

TABELA VI
ÍNDICE DE COOPERATIVISMO ENTRE OS RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO EM 80 ESTABELECIMENTOS RURAIS DE MARINGÁ, ANTERIOR E POSTERIOR A 1970

1 – ESTABELECIMENTOS QUE NÃO MUDARAM A ATIVIDADE PRINCIPAL									
ATIVIDADE PRODUTIVA	Nº ESTABEL.	NÃO FILIADOS	%	FILIADOS					
				TOTAL	%	ATÉ 1970	%	APÓS 1970	%
Lav. de Café	21	15	71,43	6	28,57	2	33,33	4	66,67
Lav. Branca	1	1	100,00	—	—	—	—	—	—
Pecuária	1	—	—	1	100,00	1	100,00	—	—
TOTAL	23	16	69,57	7	30,43	3	42,86	4	57,14

2 – ESTABELECIMENTOS QUE MUDARAM A ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL									
ATIVIDADE PRODUTIVA	Nº. ESTABEL.	NÃO FILIADOS	%	FILIADOS					
				TOTAL	%	ATÉ 1970	%	APÓS 1970	%
Soja/trigo	51	22	43,14	29	56,86	5	17,24	24	82,76
Pecuária	6	—	—	6	100,00	5	83,33	1	16,67
TOTAL	57	22	38,60	35	61,40	10	28,57	25	71,43

O estabelecimento cafeicultor, em condições normais de produção, bem como, de estabilidade de mercado em condições favoráveis à cafeicultura, praticamente não encontrava maiores problemas para a manutenção de suas atividades produtivas. Estas não possuíam, nem exigiam o emprego de uma tecnologia agrícola aprimorada e mecanizada, não só com o preparo do solo, assim como, com a operação eficiente dos equipamentos agrícolas, mas, também, com a execução das demais atividades agrícolas, ou ligadas a elas, face ao elevado índice de mecanização e capital empregado, como requer a cultura associada da soja e trigo, na manutenção do empreendimento produtivo, com vistas a uma melhor operacionalidade e produtividade dessas culturas.

A cultura do café, ao contrário da cultura da soja e do trigo, é permanente e possui características próprias que não requerem em situações normais o emprego de grandes investimentos anuais de capital, como requer anualmente a cultura associada da soja e trigo, não só por serem culturas temporárias, com duas lavouras anuais, uma de cada planta, mas, também, em virtude do caráter das técnicas agrícolas utilizadas — praticamente todas mecanizadas —, para se obter melhor operacionalidade e conseqüentemente sucesso no empreendimento produtivo.

Contudo, principalmente, para os pequenos e médios cafeicultores, toda e qualquer instabilidade do mercado, como, também, os prejuízos acumulados pelos danos causados às lavouras de café, em conseqüência das constantes geadas, que quase seguidamente se manifestam na região, causam verdadeiros transtornos econômicos e financeiros à maioria desses produtores, que, então, recorrem aos capitais urbanos, num processo de progressivo endividamento. Todavia, os danos e prejuízos causados pelas geadas que vêm se manifestando seguidamente, desde o final da década anterior, de forma a não permitir uma produção compensadora, têm minado completamente a resistência desses cafeicultores, além dos outros fatores que também afetam a cafeicultura.

Sobre essas dificuldades enfrentadas pelos pequenos e médios cafeicultores, ORLANDO VALVERDE chama a atenção para o fato delas já terem sido constatadas por PIERRE MONBEIG em sua obra *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, editada em 1952.

Por outro lado, o sucesso do empreendimento produtivo da lavoura associada da soja e trigo, além de depender de uma série de fatores circunstanciais e locais, depende sobretudo da presença de uma estrutura tecnológica e empresarial adequada e cada vez mais moderna e aprimorada para ser empregada em benefício da produtividade.

de, bem como da normalidade do ritmo das condições climáticas características da região e das condições de mercado favoráveis a esses cultivos.

A cultura associada da soja e do trigo, além de necessitar do emprego de técnicas agrícolas aprimoradas, em benefício da produtividade, com elevado grau de mecanização, também necessita do emprego de substanciais investimentos, a fim de custear as atividades produtivas. Para conseguir responder a essas necessidades, o produtor encontra na cooperativa a solução para minorar seus problemas. Com efeito, a cooperativa tornou-se um aliado quase que indispensável ao produtor, pois ela proporciona-lhe uma série de vantagens, tais como: adiantamento de capital para custeio da produção; fornecimento a preços competitivos de produtos empregados na lavoura, assim como dos gêneros necessários à manutenção da família; assistência médico-hospitalar; armazenamento da produção e comercialização, somente, quando houver interesse do associado, como é o caso da principal cooperativa da região, a Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá (COCAMAR).

No novo sistema agrícola, as dificuldades surgem desde o preparo do solo, passando pela obtenção de produtos voltados à produção, como: sementes selecionadas, adubos, inseticidas, fungicidas, pesticidas; pela disponibilidade de máquinas, implementos e equipamentos utilizados, tanto nas atividades concernentes ao plantio, como também da manutenção e colheita da lavoura, até o armazenamento e comercialização da produção, assim como da exigüidade de tempo existente para se executar as tarefas agrícolas decorrentes da rotação entre a cultura da soja e do trigo. Ora, a maioria dos pequenos e médios agricultores, recém-saídos da lavoura cafeeira, não possuem estrutura adequada para fazer frente a essas necessidades. Neste sentido, a cooperativa passa a ser um meio de opção para auxiliá-los a solucionar ou pelo menos amenizar as dificuldades que a nova atividade agrícola — cultura associada da soja e trigo —, seguramente provocou, face às suas peculiaridades naturais, bem como aos riscos inerentes à atividade agrícola. Sobre as dificuldades enfrentadas, em especial pelo pequeno agricultor, ABREU (1971; 71), assim se expressou:

“O pequeno agricultor não pode enfrentar todos os riscos que a atividade agrícola impõe e, neste setor, a cooperativa dá um apoio fundamental a todos”.

Desse modo, as transformações desencadeadas pelo processo de substituição de culturas, notadamente da lavoura cafeeira, pela cultura associada da soja e trigo, vêm, de certo modo, contribuindo

para aumentar o número de produtores que procuram as cooperativas para se filiarem.

Com efeito, dentre os 57 — 71,25% estabelecimentos que promoveram a substituição da atividade produtiva principal, 51 ou seja 89,47% fizeram-na pela cultura associada da soja e trigo e 6 — 10,53% pela pecuária. (Tabela III).

Entre os primeiros, isto é, os 51 estabelecimentos que adotaram a cultura associada da soja e trigo, o número de produtores filiados às cooperativas é de 29 (56,80%), enquanto que o de não filiados é de 22 (43,14%), sendo que dentre os filiados 24 (82,76%) filiaram-se após 1970, enquanto que apenas 5 (17,24%) filiaram-se já na década passada.

Entre os segundos, isto é, aqueles que na fase atual optaram pela pecuária — 6 —, todos os produtores são filiados às cooperativas de laticínios, já que, fornecendo leite para o abastecimento da população urbana, são obrigados, por força da legislação municipal, a associarem-se às cooperativas de laticínios. Assim mesmo, 5 (83,33%) filiaram-se no final da década de 60 e apenas 1 (16,67%) na de 70 (Tabela VI).

Por outro lado, dentre os estabelecimentos que não promoveram a substituição da atividade produtiva principal — 23 (28,75%) — dos 7 (30,43%) cooperados 3 (42,86%) filiaram-se na década de 60 e 4 (57,14%) na década de 70 (Tabela VI).

Por conseguinte, constata-se que o índice de associação ou filiação cooperativista é mais expressivo entre os estabelecimentos que promoveram a substituição de culturas, como, também, que, dentre esses, o índice de associação é mais expressivo na fase atual, sob o domínio do sistema agrícola da cultura associada da soja e trigo.

Em suma, é perfeitamente compreensível que tenha ocorrido um aumento no índice de filiação de produtores às cooperativas, notadamente entre aqueles que passaram a se dedicar à cultura associada da soja e trigo, muito embora o governo venha desenvolvendo, desde a década de 60, uma política de incentivo ao cooperativismo agrícola.

Simultaneamente ao aumento do índice de filiação cooperativista, verificou-se um aumento em termos absolutos no índice de sindicalização. Realmente, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá, no final de 1969 havia 2.880 filiados, já no final de 1977 havia 7.299, o que corresponde a um aumento de 4.349 (151,00%) nos últimos 8 anos. (Dados fornecidos pelo Departamento de Educação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá, já descontados os associados que desligaram-se por diversos motivos.

Ao mesmo tempo, verificou-se uma diminuição alternada no número anual de filiação de novos associados na categoria de parceiros, em contrapartida a um aumento gradativo na filiação anual de novos associados na categoria dos volantes.

Efetivamente, segundo os dados obtidos junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá, observa-se que, no período compreendido entre 1960 e 1977, vem-se verificando uma expressiva tendência à redução no índice da média anual de filiação de parceiros ao sindicato, ao contrário de uma expressiva tendência ao aumento do índice da média anual de filiação de volantes, notadamente nos últimos anos.

Verifica-se que a média anual de filiação dos parceiros no triênio 1969/71 foi de 491,7, já no triênio seguinte — 1973/74 — a média decresceu para 271,3, acusando uma diferença de 220,4 filiações a menos que o triênio anterior, o que equivale a um índice de menos 44,82%; enquanto que o triênio 1975/77 acusou uma média de 337,6, revelando uma ligeira elevação, na ordem de 66,3 filiações, o que equivale a um índice de mais 24,44% com relação ao triênio anterior (Tabela VII).

Por outro lado, a média anual de filiação dos volantes, no triênio 1969/71, foi de 41,3 subindo no triênio seguinte 1972/74 para 104,3, acusando uma diferença de 63,0 filiações a mais que o triênio anterior, equivalendo a um índice de crescimento de 152,54%; continuando a subir no triênio seguinte 1975/77, alcançando a média de

270,0 filiações, ou seja revelando uma diferença, a maior, de 165,7 filiações, equivalente a um índice de crescimento de 158,87%, com relação ao triênio anterior (Tabela VII).

Portanto, enquanto o índice de filiação dos parceiros acusou mais 44,82% o dos volantes alcançou mais 152,54% e, no triênio seguinte, 1975/77, enquanto o índice de filiação dos parceiros revelou apenas um crescimento de 24,44%, o dos volantes acusou um crescimento de 158,87% (Tabela VII).

O processo de substituição da lavoura cafeeira com elevado emprego de mão-de-obra, pela lavoura associada da soja e trigo, com elevado grau de mecanização e reduzida mão-de-obra, que está se materializando na paisagem regional, num ritmo cada vez mais dinâmico, vem provocando uma expressiva redução no efetivo do pessoal permanente ocupado nas atividades produtivas da cafeicultura, assim como na ocupação do pessoal temporário.

O pessoal desmobilizado do trabalho agrícola permanente emigra às comunidades urbanas, e, permanecendo na região, transformam-se na sua maioria em trabalhadores agrícolas ocasionais e temporários — os volantes, engrossando progressivamente suas fileiras. Deste modo, a maior parte do pessoal ocupado anteriormente na cafeicultura, quer como parceiros quer como assalariados, assim como seus familiares, permanecendo na região, passam a trabalhar como volantes na cultura associada da soja e trigo que, em função do seu elevado índice de mecanização, possibilita poucas oportunidades de trabalho para a numerosa mão-de-obra agrícola desativada do trabalho permanente.

TABELA VII
ÍNDICE COMPARATIVO DA FILIAÇÃO SINDICAL ENTRE AS CATEGORIAS DE PARCEIROS E VOLANTES, JUNTO AO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARINGÁ, NO PERÍODO DE 1969 a 1977 — FONTE SITRUM.

PARCEIROS					VOLANTES				
Ano de Filiação	Nº. de Filiados	Média por Triênio	Diferença + ou -	% + ou -	Ano de Filiação	Nº. de Filiados	Média por Triênio	Diferença + ou -	% + ou -
1969	503	—	—	—	1969	52	—	—	—
1970	582	491,7	—	—	1970	35	41,3	—	—
1971	390	—	—	—	1971	37	—	—	—
1972	369	—	—	—	1972	98	—	—	—
1973	185	271,3	-220,4	-44,82	1973	68	104,3	+63,0	+152,54
1974	260	—	—	—	1974	147	—	—	—
1975	254	—	—	—	1975	153	—	—	—
1976	398	337,6	+66,3	+24,44	1976	372	270	+165,7	+158,87
1977	361	—	—	—	1977	285	—	—	—

* O triênio anterior a 1969 não foi computado na amostragem porque nele desenvolveu-se ampla campanha para conquistar sócios.

Habitando na cidade, os volantes permanecem ligados à vida rural, através do trabalho prestado na execução de atividades agrárias ocasionais e temporárias, percebendo rendimentos muito aquém de suas reais necessidades, ocasionando-lhes sérias dificuldades para sobreviver. Praticamente marginalizados do progresso econômico, assim como desamparados socialmente, encontram no sindicato rural um apoio fundamental para auxiliá-los a enfrentar boa parte de suas principais necessidades sociais, prestando-lhes auxílio médico-hospitalar, odontológico, funeral e escolar, além de possibilitar a aposentadoria como trabalhador rural.

As transformações desencadeadas pela substituição de culturas, notadamente da lavoura cafeeira pela lavoura associada da soja e trigo, vêm contribuindo para aumentar significativamente o índice de trabalhadores rurais que se sindicalizam, pelo menos no que diz respeito à categoria dos volantes, em oposição à diminuição do índice de filiação de parceiros.

Em suma, da mesma forma que não se pode negar que o processo de substituição de culturas tenha contribuído para elevar o índice de filiação cooperativista, assim como provocar alterações nos índices de filiação sindical entre parceiros e volantes, também não se pode afirmar que ele seja isoladamente o único fator responsável por desen-

cadear essas transformações. Pois que, seguramente, outros processos mais amplos que, nos últimos anos, vêm se manifestando no contexto da dinâmica social brasileira, para isso também têm contribuído, se bem que a política acionada pelo governo, desde meados da década de 60, venha estimulando tanto o cooperativismo como a sindicalização rural, a fim de minimizar, não só a precária situação sócio-econômica, mas, sobretudo, previdencial, da maioria dos homens do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Adilson Avansi de.
1971 — **A colonização agrícola holandesa no Estado de São Paulo** (Holambra I). São Paulo, Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — (I.B.G.E.)
1975 — **Censo agropecuário do Paraná**. VIII Recenseamento Geral — 1970. Série Regional. Rio de Janeiro, v. 3, t. 19.
- MORO, Dalton Aureo. — **Instituições de Culturas e Transformações na Organização do Espaço Rural do Município de Maringá**, Tese de Mestrado. USP 1980. (edição do autor)

Do campo à periferia

Características sócio-econômicas e suas implicações no conjunto urbano de Londrina.

ALICE YATIYO ASARI *
SILVIA LÚCIA GOUVEIA **

1. INTRODUÇÃO

A existência de bairros em condições precárias é, em grande parte, decorrente da incapacidade do núcleo urbano de Londrina em receber os elementos que se deslocam para ele. Podem ser migrantes rurais ou urbanos, que se dirigem a um centro maior em busca de uma melhoria nas condições de vida. A cidade não consegue absorver esta população, no tocante a emprego, e este fato gera uma decadência crescente na periferia, local eleito para moradia, em razão do baixo valor do aluguel e baixo custo das moradias. O desemprego, o subemprego, além de provocarem problemas sociais de repercussão negativa, fazem com que um círculo vicioso se inicie: o indivíduo não consegue emprego porque não tem qualificação ou há um exce-

dente de mão-de-obra; este mora na periferia, onde não há uma infra-estrutura razoável que propicie condições boas de vida; não há escolas, postos de saúde, e com isso ele não tem perspectivas de melhoria, continuando desempregado e, muitas vezes, com um nível de vida pior do que quando vivia na zona rural.

Enquanto isso, na zona rural, persiste a liberação da mão-de-obra em razão da substituição de culturas, da mecanização agrícola e de elementos institucionais que fazem continuar o crescimento desse excedente de mão-de-obra, que não é absorvido pela cidade, que não consegue crescer no ritmo da população.

A nossa preocupação se encaminhou para o campo social-econômico da periferia urbana de Londrina, visto que, além desta apresentar uma série maior de problemas, estes repercutem de forma mais violenta na própria organização espacial de um núcleo urbano.

Quando nos referimos à periferia urbana, a imagem que se tem de imediato é a de bairros carentes de infra-estrutura, semi-urbanizados, com padrão de habitação baixo e uma população economicamente ativa, participante de uma economia tradicional, em transição para uma economia moderna. Poderíamos, ainda, considerar, como periferia, as favelas, os cinturões de pobreza, que são habitados por uma população de baixos rendimentos, culturalmente pobres e marginalizados.

(*) Professora do Departamento de Planejamento do Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais (IPEA) da Universidade Estadual Paulista, (UNESP), Campus Universitário de Presidente Prudente (SP).

(**) Técnica em planejamento do Centro de Pesquisa e Informações da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Londrina (PR).

Este artigo é o resumo da monografia que foi apresentada como exigência parcial do Curso de Pós-Graduação "lato sensu" em Organização do Espaço — Bases para Planejamento Urbano e Regional — CESULON/USP — 1975, sob a orientação da Prof^a. Yoshiya Nakagawara.

Com estas premissas iniciais, é que se conduziu o presente trabalho que pretende, dado o seu caráter acadêmico, contribuir para o estudo de uma população que se encontra espacialmente marginalizada, mas, no aspecto social e econômico, em fase de transição para a integração ao meio urbano.

2. OBJETIVOS E HIPÓTESES DE TRABALHO

Os objetivos intrínsecos que nortearam o presente trabalho estão enumerados a seguir:

- (1) contribuir para o estudo de fenômenos sociais e econômicos da periferia urbana;
- (2) analisar as causas e os efeitos da migração numa população residente na periferia urbana de Londrina;
- (3) documentar uma fase histórica de um bairro periférico de Londrina, que vê perspectivas de um desenvolvimento acelerado, a partir da implantação de um elemento dinamizador da área (Estádio do Café);
- (4) mostrar a tentativa de direcionamento do desenvolvimento urbano de Londrina, no sentido Norte-Sul, através de um elemento impulsor principal, o Estádio, e complementarmente a Via Expressa Norte-Sul, e os novos loteamentos que estão surgindo na área;
- (5) verificar os aspectos referentes à pouca mobilidade social de uma população de origem rural, residente num bairro periférico;
- (6) discutir o marginalismo sócio-econômico, sob o ponto de vista teórico, e suas implicações num bairro localizado na periferia urbana.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O conhecimento das condições, em termos genéricos, em que vive a população da periferia, e, portanto, do problema a ser investigado, por instâncias profissionais, serviu como ponto de partida para a elaboração do trabalho. Posição meramente indutiva foi tomada, e, devido a estas circunstâncias, foram realizadas diversas pesquisas exploratórias, tanto diretas como indiretas (compilação de dados, observação visual da área em estudo, assim como entrevistas com moradores da área).

Elaborou-se a partir destes dados um primeiro projeto, quando se visualizava apenas o tema de uma forma bastante simplista, mas já com a delimitação da área de levantamento empírico, para o desenvolvimento da investigação em si.

No segundo projeto apresentado, foram delineados os objetivos, hipóteses, dificuldades que poderiam surgir no decorrer da investigação, assim

como levantamentos e novas tabulações de dados foram efetuadas.

Os levantamentos existentes, que consistiram em elementos básicos para a elaboração do projeto, foram:

- (a) questionários preenchidos, por ocasião do Levantamento Sócio-Econômico, efetuado para a elaboração do Plano Diretor do Sistema de Transporte Urbano, em 1973. Foram tabulados separadamente os questionários referentes ao Parque Ouro Verde e Jardim Paraíso, para se ter uma primeira visualização das características sócio-econômicas da área.
- (b) questionários preenchidos, em 1975, quando da realização do Censo Escolar da Zona Urbana de Londrina, coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento, cujos questionários foram preenchidos por professores estaduais e municipais, com o levantamento da totalidade da população.
- (c) dados existentes do Censo de 1970, efetuado pela FIBGE, a nível do município de Londrina.

Diversas visitas à área, sob a forma de sondagem, foram realizadas nos dois bairros periféricos, e conseguiu-se elaborar o projeto definitivo e esquematizar o trabalho mais detalhadamente. Concomitantemente à entrega do projeto definitivo do trabalho, foram efetuadas leituras, abordando assuntos referentes à parte teórica, formas de entrevistas, escolha de entrevistador, procedimentos em uma aplicação de questionário, formas de apresentação de um trabalho científico, etc.

Elaborou-se um primeiro questionário, o qual, após críticas e sugestões da professora-orientadora da pesquisa, foi testado no próprio bairro onde seria efetuado o levantamento. Para este teste, foram escolhidos dois domicílios não constantes da amostra, a qual havia sido previamente sorteada, a fim de que a mesma pudesse ser trabalhada convenientemente. Apresentadas as dúvidas, e levando-se em conta a operacionalização desta fase do trabalho, reformulou-se, procurando tornar o questionário um instrumental de maior auxílio para as constatações empíricas da monografia.

Em seguida, passou-se para a fase de aplicação dos questionários, convencionando-se como dias de entrevistas os sábados, domingos e feriados (próximos ao Carnaval/76), pois era necessário encontrar o chefe da família para que os dados fornecidos fossem mais precisos. Compromissos profissionais dos entrevistadores também não permitiram que os dias úteis da semana fossem utilizados para esse mister. Mesmo se adotando este procedimento, várias pessoas não soube-

ram responder as indagações, retornando-se em outros dias para buscar as informações necessárias.

As entrevistas duraram em média sessenta minutos, tempo considerado muito longo pelos entrevistados, devido exatamente à dificuldade em se coordenar e recordar todos os dados. Muitos apresentaram documentação relativa a emprego e data de nascimento

Após a tabulação dos dados, agregou-se conforme classes, faixas etárias, e, em seguida, retomou-se a discussão do aspecto teórico-formal, interrompido brevemente para a consecução da fase operacional do levantamento de dados no campo. A maior parte da bibliografia existente sobre migrações, periferia, subemprego, marginalismo, foi discutida, aumentando consideravelmente o arcabouço teórico para melhor compreensão dos problemas encontrados, fornecendo subsídios para uma análise mais formalizada dos fenômenos que se ligam a uma população carente, ora em transição, para um tipo de economia, onde farão parte do sistema produtivo.

4. CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO – PARQUE OURO VERDE

O Parque Ouro Verde localiza-se na Gleba Jacutinga, lote nº 327, em direção Norte do núcleo central tradicional da cidade de Londrina, no espigão secundário entre o ribeirão Quati e o Lindóia, sendo que o loteamento foi aprovado em novembro de 1965.

O tamanho médio de cada lote urbano é de 250m², sendo vendidos a Cr\$ 300,00, havendo variações de preços entre Cr\$ 500,00 e Cr\$ 700,00, de acordo com sua posição e tamanho. Foram vendidos a prazo, sem nenhuma entrada, com pagamentos parcelados em 40 prestações.

Quanto à distância da área central (ponto de referência: Matriz) até o Parque Ouro Verde, calculou-se 4.200m (em linha reta), distância esta que tem como agravante a inexistência de urbanização entre a Rodovia Mello Peixoto, proximidades do Shangri-lá e o bairro referido, constituindo-se em áreas de chácaras, com exploração do setor hortifrutigranjeiro.

O Parque Ouro Verde conta atualmente com o seguinte equipamento: três estabelecimentos comerciais, seis bares, um açougue, um bazar, uma quitanda, dois quiosques de frutas, uma Igreja Católica, outra da Assembléia de Deus, Igreja Congregação Cristã e a Escola Municipal "David Dequech", funcionando desde 1966, com 533 alunos (1977), 19 professores, 595m² de área construída, fornecendo ensino de 1ª a 4ª série.

Atualmente, com o impulso dado, pela implantação de um Centro Esportivo, "Estádio do Café", a área começou a tomar nova feição: as pistas de acesso ao bairro estão asfaltadas, minimizando os problemas de locomoção em períodos de chuva, e o depósito de lixo foi transferido, com benefícios crescentes à população local. Novos loteamentos começaram a surgir na área, sendo que está em fase de construção o Conjunto Habitacional Ruy Virmond Carnasciali, de competência da COHAB-LD, com recursos financeiros fornecidos pelo BNH. Há um pedido de Diretrizes para Implantação do Programa PROFILURB (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados) do BNH, que propiciará o atendimento à classe carente de habitação, de parques recursos financeiros. Cerca de cinco loteamentos privados estão aprovados e já com lançamento de vendas dos lotes: Jardim Alpes I, II, Jardim dos Andes, Jardim Coliseu e Jardim Santa Mônica.

Portanto, verificou-se, da época da coleta dos dados até recentemente, modificações na estrutura do bairro, que recebeu uma série de incentivos e se propõe a um desenvolvimento da área.

5. O PAPEL DAS MIGRAÇÕES E O IMPACTO SOBRE A POPULAÇÃO RESIDENTE ATUALMENTE NA PERIFERIA DA CIDADE

5.1. Fatores determinantes dos deslocamentos e os motivos da fixação no bairro em estudo.

Dos 230 indivíduos entrevistados no Parque Ouro Verde, 56,55% são constituídos de jovens (idade até 19 anos). Analisando-se este aspecto que é peculiar a países em desenvolvimento, que apresenta altas taxas de jovens, outros fatos vão se anexando para compor um quadro bastante típico de povoamento de regiões de colonização recente e de muito dinamismo, a exemplo da região norte-paranaense.

Segundo PADIS (1970), a partir da Segunda Guerra Mundial e até o início da década de sessenta, o crescimento econômico e demográfico da região norte-paranaense foi surpreendente. Um vertiginoso "rush" populacional convergiu para a área, constituído principalmente por paulistas, mineiros, nordestinos e migrantes estrangeiros.

Para que fosse possível a caracterização deste panorama, agregaram-se dados coletados quanto ao local de nascimento nos seguintes grupos: do pai, da mãe, dos filhos e de outros moradores no domicílio. Quanto ao local de nascimento do pai, cerca de 21,06% nasceram em Minas, 21,06% na Bahia; 18,42% no Paraná; 18,42% em São Paulo e

com menor representatividade aparecem os Estados de Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Exterior, com 2,63% cada. Denotando uma mobilidade menor, o local de nascimento da mãe apresenta um percentual elevado para o Estado do Paraná (31,58%); São Paulo com 26,32%, Minas Gerais com 15,79%; Bahia com 10,53% e com menor significância os Estados de Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro (5,26% e 2,63%). O local de nascimento dos filhos demonstra que a quase totalidade é oriunda do Estado do Paraná (92,50%) e os demais têm participação diminuta (São Paulo, Bahia, Alagoas, Minas Gerais). Quanto ao local de nascimento de outros moradores no domicílio, cerca de 45% nasceram no Paraná; 30% na Bahia; 5% em Minas Gerais e 20% no Nordeste.

Estes dados, analisados à luz das épocas de maiores deslocamentos (até a década dos 60), justificam a procedência dos pais, correlacionados com o povoamento acelerado da região norte-paranaense.

Em relação aos deslocamentos, investigou-se o total dos mesmos, por família, tomando-se como ponto de partida a cidade de origem ou nascimento. Encontrou-se uma média elevada de deslocamentos, cerca de 4,6 mudanças por família, sendo que a menor ocorrência está em dois e a maior é de dez deslocamentos.

Durante os deslocamentos havidos, a maioria dos chefes de família optou por empregos rurais, como colonos, meeiros, porcentageiros, empreiteiros, e, no decorrer das transferências, foram mudando substancialmente para atividades urbanas, como, por exemplo, trabalhar como pedreiro, vigia, padeiro, faxineiro, motorista, vendedor ambulante, zelador, carpinteiro, cozinheiro, e as mulheres como empregadas domésticas e costureiras, profissões estas exercidas predominantemente na cidade de Londrina.

Chegados à cidade de Londrina, muitos deslocamentos se processaram, com uma média de 2,3 por família, devido, em grande parte, ao aluguel pouco acessível, à possibilidade de adquirir a casa no Parque Ouro Verde, de localização próxima ao local de trabalho.

Nos deslocamentos até Londrina, a tônica dos argumentos para as mudanças foi o de se desejar ganhar melhores salários, visto que o Norte do Paraná apresentou-se nas últimas décadas como um "novo eldorado". Outras razões também justificam os deslocamentos:

- porque o parente (pai, filho, sobrinho, primo) chamou, descrevendo as possibilidades de melhoria de vida no Paraná;
- porque o patrão vendeu a propriedade;
- porque o cônjuge faleceu;

- porque casou-se e desejou melhorar a vida.

5.2. O PROBLEMA DA "ATRAÇÃO" E DA "REPULSÃO"

Quando ocorrem pressões para deslocamentos populacionais, é freqüente a constatação de uma tendência no sentido de um esvaziamento da população rural que se desloca em direção às cidades, produzindo um intenso crescimento urbano, provocando uma série de problemas sociais, que passam a exigir do poder público medidas adequadas para o seu equacionamento.

Os fatores de natureza tecnológica e as transformações agrárias, quando não programadas racionalmente, com uma orientação segura e disciplinadora de órgão responsável pela política de trabalho e mão-de-obra, provocarão, sem dúvida, violenta liberação de trabalhadores rurais, num país onde o momento histórico recomenda a utilização de intensiva mão-de-obra, para minimizar problemas sociais que surgirão inevitavelmente.

Nas análises empíricas efetuadas por RAVENSTEIN (1889), concluiu-se que "nas migrações internas atuavam como fatores repulsivos, aqueles intimamente ligados à estrutura e propriedade da terra, ao sistema de comercialização de produtos agrícolas e à dispersão da renda. De outro lado, serviam como atração, o interesse pelo aumento dos níveis de educação, a busca de novos e melhores empregos e o "brilho" das cidades".

Em termos nacionais, até a emergência de problemas considerados alarmantes, como por exemplo o aparecimento do "bóia-fria", a liberação em massa de mão-de-obra, o "inchamento" das cidades, supunha-se que as crises por que atravessava o setor primário e suas ramificações, fossem de ordem conjuntural, atingindo com uma maior intensidade os indivíduos com menores recursos, com baixa qualificação profissional, e praticamente despreparados para enfrentar e vencer situações novas. Nesse sentido, eram problemas com soluções que poderiam ser alcançadas a curto e médio prazo, pois conseguia-se, até então, absorver parcela de mão-de-obra, que se deslocava de uma área para outra em busca de melhoria de condições de vida.

Quando se evidenciou um aumento excessivo de deslocamento de população rural-urbana, começou-se a visualizar uma série de dificuldades em termos de demanda de serviços de infra-estrutura urbana, demonstrando, por esse atendimento deficiente, a incapacidade da absorção de mão-de-obra, tanto do próprio local, como de outras

regiões, o que, no entanto, não barrou o processo acelerado de urbanização, via excesso populacional, decorrente do êxodo rural. Esse processo acelerado de urbanização não sofreu parada, porque as condições oferecidas pelo campo já deixavam a desejar; e a única opção existente era o deslocamento para o núcleo urbano moderno.

Pelo Decreto-Lei 4124 de 2.03.63, entra em vigor o Estatuto do Trabalhador Rural, que, segundo JORDÃO (1975), "é o documento legal que pretendia atender aos trabalhadores do campo os benefícios semelhantes aos da legislação vigente nas cidades".

Este Decreto foi objeto de inúmeras discussões e com o grande afluxo de migrantes para a cidade, formando um imenso contingente de "bóias-frias", acirrou-se grandemente o número de críticas; uma das mais importantes refere-se ao fato do ETR estar desvinculado da realidade agrária brasileira, tanto no sentido regional como no nacional, acarretando com essa medida problemas de tal gravidade, que muitos afirmam serem maiores do que aqueles que se pretendia eliminar. Problemas de cunho conjuntural surgiram com a vigência do ETR, e aqueles problemas de "natureza estrutural" não foram praticamente resolvidos.

Os proprietários, em sua maioria, passaram para a pecuária, ou para a lavoura de soja e trigo, dissolveram vínculos empregatícios com as famílias de colonos e procedeu-se à contratação de mão-de-obra avulsa na época das colheitas. Era a solução mais adequada do ponto de vista do proprietário, para o momento, pois, com a substituição da lavoura pela pecuária e culturas alternativas, exigiu-se um menor capital de giro, reduziu o emprego de mão-de-obra, e este investimento mostrou-se como a alternativa mais segura e rentável a curto prazo.

PAIVA (1973), referindo-se ao dualismo laboral, aponta as conseqüências nefastas da mudança do sistema de colonos, parceiros arrendatários, para o sistema de volantes: não apenas o fato de a nova classe de volantes não receber benefícios integrais da legislação trabalhista em vigor, quanto aos níveis de salários, mas principalmente pela existência de regiões de agricultura menos desenvolvidas, com mão-de-obra abundante e sem condições de oferecer pleno emprego a essa massa trabalhadora.

O mesmo autor retoma então a tese de que, enquanto a modernização não puder alcançar essas regiões menos desenvolvidas do país, seria preferível que a agricultura mantivesse a sua mão-de-obra num sistema de trabalho, que garantisse a ela pelo menos a moradia e a área de terra para o plantio de produtos para o consumo próprio, a exem-

plo do que ocorria com os sistemas de "colonato", de "moradores" ou "agregados".

O mesmo ponto de vista de PAIVA é reafirmado pela FETAEP — Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, num estudo sobre "bóias-frias", em 1976, quando, analisando o trabalhador volante e as condições de vida atuais, diz que "as fazendas e os sítios tinham uma função produtiva socializada e a possibilidade de produção dos alimentos a custos baixos permitiam ao trabalhador um melhor padrão de vida".

O migrante rural, procurando integrar-se à cidade que o acolheu, conta, na sua grande maioria, com o apoio de elementos que o precederam (parentes, amigos), os quais costumemente prestam-lhe valiosa orientação nos contatos iniciais com a nova situação (constatou-se nos levantamentos empíricos que o alojamento imediato é conseguido muitas vezes por estes elementos, assim como o emprego inicial), já que partem dos "migrantes pioneiros" o convite para se transferirem da região ou da área rural para a cidade.

Esta situação se afigura, transitória, e esse desajuste vai cessando na medida em que ele vai sendo mobilizado pela economia capitalista, passando então do "exército industrial de reserva" (formado de serviços domésticos, biscateiros, engraxates, lavadores de carros) para o setor produtivo.

Não quer isto dizer que os migrantes não enfrentam as dificuldades, pois, muitos deles vivem situações de "desemprego disfarçado" ou "subemprego", por períodos bastante longos. Fortes índices demonstram que a média daqueles que se dispõem a entrosar-se realmente num novo sistema social conseguem alcançar uma situação sócio-econômica bastante apreciável, em comparação com aquela que disputavam no sistema social de origem.

No tocante à melhor caracterização dos "migrantes", note-se que é provável que a emigração, a partir do meio rural, deve abranger tanto indivíduos capazes como aqueles mais vulneráveis. As migrações provocadas pelo esgotamento dos solos e queda da produtividade agrícola, por pressões demográficas e fracionamento do solo, decorrente da substituição das lavouras de subsistência por lavouras comerciais, ou de lavouras por pecuária, afetam grupos vulneráveis, quer pela incapacidade de enfrentar os problemas, quer por ocuparem determinada posição social na estrutura de produção.

Segundo PASTORE (1971), a consideração de problemas que enfocam migração não poderá ser feita dentro de um contexto sócio-econômico restrito, devendo-se levar em consideração efeitos

diretos e indiretos, econômicos e extra-econômicos da movimentação de população dentro de um dado sistema social. A avaliação dos efeitos da migração, portanto, só pode ser feita em função de componentes ideológicos, sociais, políticos, econômicos, culturais e psico-sociais.

6. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES OCUPACIONAIS DOS MORADORES DA PERIFERIA URBANA DE LONDRINA

Uma das características da marginalidade urbana poderia ser encontrada na atividade profissional dos moradores do bairro periférico de Londrina.

Indagou-se, portanto, sobre a "carteira de trabalho", e 52,63% dos chefes de família possuem-na ativa, isto é, constam como empregados de empresas ou firmas; 10,53% não estão registrados, embora possuam carteira profissional e 36,84% não têm carteira de trabalho. Quanto à situação dos filhos e dos outros moradores no domicílio, 55,81% estão com a carteira de trabalho ativa e 44,19% não possuem carteira de trabalho. Neste último item estão os jovens que começaram a exercer atividade remunerada há muito pouco tempo.

Na suposição de que fôssemos encontrar muitos trabalhadores na agricultura ou como volantes ou como "bóias-frias", perguntou-se da forma de contrato de trabalho por eles firmado, quando do exercício de suas atividades empregatícias. Cerca de 21,08% são registrados na firma, entre os chefes de família, o que somado aos 10,52% que responderam ser contratados por mês, totalizam 31,60% de trabalhadores, cujos vencimentos são pagos mensalmente, evidenciando-se deste fato que poucos são os "bóias-frias" neste bairro periférico. Outros chefes de família, em percentuais pouco significativos, trabalham por conta própria, por empreita, por dia, a combinar. Um grande número de respostas estão enquadradas no item "não tem contrato de trabalho" e "não respondeu", totalizando 52,62% das respostas. Quanto ao contrato de trabalho dos filhos e dos outros moradores, 41,47% têm contrato mensal de trabalho, 7,31% por dia; 4,88% por empreita; 2,44% por hora e 43,90% não responderam e não têm contrato de trabalho (7,32% e 36,58% respectivamente).

Quanto à forma de locomoção para ir ou voltar do trabalho, 37,04% utilizam o transporte coletivo, 33,33% se dirigem a pé, 11,11% de bicicleta; 7,41% de caminhão e 11,11% de transporte misto (bicicleta, ônibus, carona).

A transitoriedade ocupacional e conseqüente instabilidade social e econômica foram objeto

de estudos, acerca da marginalidade do indivíduo no quadro urbano. Considere-se, inicialmente, apenas em termos de ligação, que poderia existir entre o mundo rural de onde se originou esta população não qualificada ainda para a vida urbana, isto é, o setor marginal. Este pode ser visto em termos econômicos, culturais, sociais, coexistindo com o conjunto urbano, fazendo parte integrante do sistema produtivo, mesmo que sua contribuição seja irrisória, ou que traga muito mais externalidades negativas do que a cidade pode suportar.

O aspecto escolar é bastante precário, pois o chefe da família possui, em sua grande parte, o curso primário incompleto (44,74%), isto porque originário em sua maioria da zona rural, sujeito aos trabalhos sazonais de colheitas, plantio e deslocamentos por motivo de empreitadas e incidência de fenômenos climáticos adversos, não conseguiram completar o "antigo curso primário", de quatro anos. Esta baixa escolaridade justifica em parte o fato de os migrantes se atermem a profissões de baixa qualificação, serviços pesados e com baixa remuneração.

O chefe de família recebe em média Cr\$ 1.019,85, quantia equivalente a um salário e meio, trabalhando em ocupações como: pedreiro, vigia, encanador, serralheiro, mecânico, borracheiro, frentista, faxineiro, arrendatário. Frise-se também a situação bastante instável quanto ao emprego ocupado, pois dos chefes de família em atividade ocupacional, 30,77% trabalham há um ano em seus empregos, 26,92% há dois anos, 7,69% há três anos, 11,54% há quatro anos e 23,08% há mais de cinco anos. Ressalte-se que do total dos chefes de família, 31,58% não estão exercendo suas atividades profissionais por motivos de saúde, outros trabalham eventualmente na lavoura, alguns se aposentaram, outros vivem de aluguel, há os "encostados" no INPS; enfim, a força-de-trabalho efetivamente empregada apresenta-se bastante desfalcada, contribuindo maciçamente para o estágio atual dos moradores do bairro.

Em relação à situação ocupacional dos filhos, é importante notar que nesta geração inexistem os empregados rurais, deslocando-se todos para o núcleo urbano central, para o exercício de suas atividades, evidenciando-se que, se condições educacionais de cunho profissionalizante forem oferecidas, haverá melhoria considerável no padrão ocupacional dos jovens, produto de sucessivas migrações e de instabilidade econômico-financeira.

7. CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA PERIFERIA

7.1. CARACTERÍSTICAS DAS HABITAÇÕES

Quando o indivíduo busca condições compatíveis de vida para si e para sua família, há uma preocupação inicial com a habitação. Além do abrigo físico, a habitação deve pressupor uma série de funções e serviços interligados, como por exemplo a educação, o lazer, o trabalho, os serviços públicos, o abastecimento, o transporte, etc, que devem ser estruturados harmonicamente, de forma a responder às necessidades decorrentes do desenvolvimento urbano.

A habitação é igualmente o meio ambiente onde o ser humano, visto ele como indivíduo ou grupo, atende às suas necessidades básicas de alimentação, repouso e desenvolve atividades como membro de grupos primários (como pai, irmão, filho).

Deve-se salientar que, conforme critérios do Saneamento e Programa Nacional de Habitação, *“toda habitação deve ser construída utilizando materiais que permitam proteção adequada quanto ao calor, frio, ruído, umidade. Deve possuir suficiente ventilação que permita a circulação do ar interior, isento de substâncias tóxicas ou nocivas, e que proteja contra a poluição atmosférica por odores, fumaça e poeira. Deve apresentar ainda condições suficientes de iluminação, isolamento e insolação”.* (HABI-CO-PED, 1974:56)

Tendo em vista este enfoque, foram coletadas informações sobre aspectos estáticos da habitação, sobre a estrutura e materiais das residências, condições sanitárias, serviços de abastecimento de água, iluminação pública, fornecimento de energia elétrica e outros serviços de competência do poder público.

São apresentados os resultados então obtidos:

- 86,85% possuem luz elétrica;
- 97,37% possuem água encanada;
- 94,74% possuem cobertura de telha.
- 86,85% não possuem forro nas residências;
- 84,21% residem em casas de madeira;
- 68,42% possuem instalações sanitárias fora da residência,
- 63,64% das construções foram erguidas há mais de seis anos,
- 41 m² é o tamanho médio das casas,

- 78,95% dos domicílios referem-se a casas próprias;
- 5,87 pessoas por família é a média de pessoas por domicílio.

7.2. O BAIRRO: FATORES DE ATRAÇÃO, ASPIRAÇÕES E PROBLEMAS

Quando se verificaram as condições do bairro, em termos de infra-estrutura e superestrutura, era intenção também de detectarem-se as causas de sua residência no bairro. Assim sendo, a primeira indagação se referiu ao “por que morar no bairro?”

No Parque Ouro Verde, a grande maioria mora no bairro porque condições próprias o levaram a esta atitude. Assim sendo, muitos moradores afirmaram “gostar” do bairro, uns porque se acostumaram, outros porque os filhos moram no bairro, há conhecidos, o lugar é sossegado. Grande número de moradores reside em casas alugadas porque o aluguel é mais barato do que em outros bairros da cidade ou porque fica próximo ao emprego. Na análise destas respostas, encontram-se quatro grandes causas para a família ali residir:

- (a) a casa própria
- (b) o aluguel acessível
- (c) localização próxima ao emprego
- (d) vínculos de parentesco ou de amizade com moradores.

Como já se discutiu nos itens anteriores, o bairro Parque Ouro Verde possui características diferenciadas de uma favela. Grande parte de seus moradores reside em casa própria e mesmo considerando a precariedade de suas construções, das condições de transitoriedade de infra-estrutura do bairro, o grau de escolaridade, a ocupação profissional dos seus habitantes, verifica-se que o estágio alcançado pelos mesmos na experiência de vida urbana está mais avançado do que o do indivíduo da zona rural, que se transferiu recentemente para a zona urbana.

Se os moradores do Parque Ouro Verde conseguiram adquirir suas casas próprias, motivações bastante fortes foram responsáveis pelo ato. A motivação financeira aparece em primeiro lugar, devido aos preços ofertados, às facilidades de pagamento concedidas e à pouca demanda de imóveis da área, devido a uma série de problemas emergentes: a distância da área central, a precariedade dos serviços de transporte coletivo, a ineficácia da máquina municipal no melhoramento da área, a localização na região do depósito de lixo da cidade.

Tendo em vista estes problemas principais, questionou-se junto aos moradores, conseguindo-se

respostas reveladoras do estado atual dos fatos:

- quanto ao depósito de lixo, a população aponta os problemas imediatos decorrentes da localização, principalmente no aspecto saúde/higiene. Note-se que seis meses após as entrevistas, o depósito de lixo foi transferido, ocorrendo uma série de melhoramentos na área: implantação de um centro esportivo nas imediações e o surgimento de loteamentos privados.
- a respeito de escola, a grande maioria considera-a suficiente para a educação dos filhos, alguns reivindicam o "ginásio" no período noturno.
- a iluminação pública foi considerada boa pela maioria da população, embora alguns reclamassem das lâmpadas queimadas, da falta de energia elétrica, das oscilações de voltagem, repercutindo negativamente quanto à segurança.
- o transporte coletivo foi objeto de muitas reclamações, desde os veículos utilizados, o número de viagens de 60 em 60 minutos, da limpeza dos coletivos.

8. O NÍVEL ECONÔMICO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES BÁSICAS

O total dispendido pela família foi levantado, conforme os itens apresentados a seguir: alimentação, eletrodomésticos, água, condução, vestuário, saúde, luz, leite/pão.

Os resultados demonstraram que é bastante elevado o percentual utilizado para o item alimentação, com 64,71% do total dispendido mensalmente. Saliente-se também ser esta característica de populações, que praticamente não conseguem poupar e que vivem à margem de um maior bem-estar, preocupando-se basicamente com a sua subsistência alimentícia. Percentuais que podem ser somados ao item alimentação, que, no entanto, foram desagregados para análises posteriores são: o leite/pão com 5,22%, perfazem 69,93% da renda destinada apenas à alimentação. Os demais 30% se acham distribuídos nos seguintes itens: eletrodomésticos, 6,07%, principalmente para o pagamento de prestações de refrigerador, rádio portátil, televisor, água, 1,94%, total que praticamente constitui no pagamento da taxa mínima de água; condução, 7,21%, que reflete o uso maior do coletivo para o transporte diário da população trabalhadora para a cidade, para as compras e outros serviços que são utilizados mais esporadicamente, vestuário, 5,47%; saúde, 6,17%; luz, 3,21%.

Comparados os gastos familiares à renda mensal, verificou-se uma grande diferença entre es-

ta e a despesa mensal familiar. Cerca de 32% dos entrevistados gastam mais do que ganham. Isto pressupõe que as informações dadas, acerca do dispêndio familiar mensal, estavam incorretas ou que houve subestimação das afirmações acerca da renda familiar, com o receio de que isso pudesse ter alguma conseqüência perniciosa para os entrevistados, ou que realmente as famílias deixam de efetuar pagamentos devidos a empórios e mercearias, principalmente,

9. CONCLUSÕES

Os pontos essenciais da realidade aqui estudada fazem parte de um processo muito mais amplo do que a simples formação e caracterização de um bairro localizado na periferia urbana de uma cidade do porte de Londrina; na realidade, situações peculiares da região determinaram e materializaram a estrutura vigente no Norte do Paraná, que, por sua vez, explicam a situação aqui estudada.

O fenômeno migração, causas e conseqüências, em termos norte-paranaenses, tomou feições especiais que podem explicar a formação de muitos bairros periféricos do tipo "Parque Ouro Verde", sobretudo em cidades de porte médio e grande (acima de 50 mil habitantes), como resultado da desagregação rural implantada numa primeira fase do processo de expansão, isto é, de 1930 a 1960, para, numa segunda fase, começar a surgir intensos fluxos migratórios em direção a essas cidades.

Esse movimento migratório rural-urbano propiciou igualmente o surgimento de inúmeros loteamentos, que facilitaram a aquisição desses lotes urbanos a preços acessíveis. Os loteadores vendiam suas datas com uma prestação inicial (geralmente 10% do valor) e o saldo em parcelas mensais, que podiam atingir até 100 meses. A população de baixa renda se tornou proprietária do imóvel, e, dada a necessidade premente de moradias, construiu-se — em sua maioria em caráter precário —, as atuais residências dos bairros periféricos, que lutam com muitas dificuldades, seja em termos de locomoção (transporte coletivo), de infraestrutura (água, luz, asfalto) e de serviços (comércio, hospitais, escolas).

Ao lado de loteamentos a preços acessíveis, em sua maioria alcançando apenas 250m² de área, proliferaram também, em menor escala, lotes urbanos de maior valor e em posições de sítios e ecologias mais favoráveis, decorrendo daí os diferentes tipos de paisagens urbanas que, sob o ponto de vista meramente visual, distingue os bair-

ros mais ou menos privilegiados.

O caso do "Parque Ouro Verde" é bastante típico:

- a fisionomia do bairro, com moradias de madeira, em grande parte sem pintura, e sem obedecer a um padrão estético;
- ruas esburacadas, desprovidas de asfalto;
- com uma população jovem em sua maioria;
- população originária da zona rural e, em sua grande parte, trabalhando em funções não-especializadas;
- deslocando-se diariamente para o núcleo urbano central,
- percebendo menos de três salários mínimos regionais; retratam em traços gerais um bairro periférico urbano típico.

Saliente-se que recebem, em sua maioria, pouca atenção do poder público, o qual não consegue solucionar todos os problemas dos bairros, devido ao crescente aumento desses núcleos urbanos periféricos. Em razão disto, a ação do poder público sobre um efeito de espraiamento, pois as medidas tomadas mostram-se simplesmente paliativas, momentâneas.

Feitas as colocações acima, ressalte-se que o trabalho teve como objetivo contribuir para o estudo de um problema, no sentido técnico-científico, podendo ser considerado como subsídio para a tomada de decisões, que está num nível político-administrativo não alcançado pelos autores da monografia.

Assim sendo, sob o ponto de vista teórico-prático, consultou-se a bibliografia encontrada sobre o assunto, tendo se verificado que a grande maioria dos estudiosos dissociou o estudo de marginalidade do de migração, o primeiro de enfoque quase exclusivamente sociológico e o segundo estudado com maior ênfase por economistas e geógrafos.

Procurou-se um elo de ligação em que estes dois fenômenos fossem questionados concomitantemente, e inserissem aos mesmos os enfoques histórico, físico-natural e espacial-temporal, que explicam parte das causas dos fatos vistos.

O processo de migração, suas causas e conseqüências, a transitoriedade ocupacional, cultural, social, representados pela existência de "marginais", receberam um tratamento mais amplo possível, no sentido de se ter um corpo teórico que embasasse as afirmações dos autores do presente trabalho, quando da análise empírica. Portanto, considerou-se esta categoria de população marginalizada, numa forma meramente transicional para um sistema produtivo efetivo. Vislunbraram-se

igualmente grandes potencialidades, quanto à melhoria de condições no tocante ao bem-estar, visto que houve uma retomada no desenvolvimento da área, em razão principalmente de fatores ligados ao poder público, que incentivou também setores privados (Centro Esportivo, asfalto, loteamentos). Tomados de euforia, a própria fisionomia do bairro está se modificando; houve então um arranque para o desenvolvimento, beneficiando grandemente a população deste bairro periférico. Prevê-se portanto que uma mobilidade social mais rápida ocorra em razão destes fatores, que estão favorecendo enormemente sua população.

O caso do "Parque Ouro Verde", quanto às migrações, reflete um momento histórico significativo para o conjunto da cidade de Londrina, pois caracteriza e generaliza a vinda de uma população geralmente originária da zona rural que, mediante sucessivas transferências, chegou até o bairro, instalando-se, em razão de uma série de externalidades: terrenos de preço acessível, aluguel compatível com a renda, acessibilidade ao trabalho e estudo.

Consideremos também que o subemprego e desemprego, que poderiam ocasionar um marginalismo crescente dessa população, decorrem das condições estruturais da própria economia nacional e dos processos de intensa urbanização a que são submetidas as cidades localizadas em áreas eminentemente agrárias, como por exemplo Londrina. Sob este aspecto, há que se levar em conta a própria incapacidade do núcleo urbano em absorver a mão-de-obra liberada pelo setor agrário, seja pela não qualificação profissional, pelo menor número de empregos, devido à utilização de modernas tecnologias, pelo crescimento do setor de serviços, que teria, em contrapartida, a oferta de empregos de baixa remuneração e sem a exigência de especialização.

Torna-se evidente que uma cidade não subsistirá com uma urbanização sem industrialização, ao mesmo tempo em que há que se considerar principalmente a importância da utilização de mão-de-obra intensiva e não o capital intensivo, tendo em vista a maior ou menor disponibilidade deste fator de produção. Note-se também que, do ponto de vista do empresário, esta pode não ser a alternativa mais viável, e outros tipos de opções podem ser tomados pelos mesmos (o que tem ocorrido presentemente, com a utilização de capital intensivo, que se mostra rentável), com o uso de tecnologias, maquinários modernos.

Documentou-se uma fase histórica de um bairro periférico, que está nos dias atuais anteendo um desenvolvimento acelerado, a partir da implantação de um "pólo de atração", representado pelo Centro Esportivo — Estádio do Café. Decor-

re deste desenvolvimento um outro aspecto: o direcionamento do crescimento urbano da cidade de Londrina, no sentido N-S, através desse elemento impulsor principal, o Estádio, e complementarmente a ligação da Via Expressa, os novos loteamentos e os conjuntos habitacionais em construção, alguns já em fase de conclusão (out/77).

A um nível mais elevado (Estadual-Federal), verifica-se a existência de Planos, Projetos, Programas para minorar as condições de vida dessa população carente, como por exemplo, mediante a implantação de Cooperativas de Bóias-Frias, dos Centros Sociais Urbanos, do Programa PROFILURB, dos Programas do PIMQ e o das Cidades Médias. Todos eles visam a adaptar o indivíduo a situações compatíveis com seu novo meio (urbano), ofertando-lhes oportunidades de profissionalização, melhorando as condições de bem-estar, dotando o bairro de infra-estrutura básica.

Cabem então três indagações que poderão ser respondidas em trabalhos subsequentes:

- (a) como deter o constante afluxo populacional rural, em direção às cidades?
- (b) não haverá uma constante transferência da população "marginal" para bairros não dotados de infra-estrutura, distantes do centro, à medida em que se observa uma sensível melhora de condições de vida em seu bairro?
- (c) como encontrar um elemento impulsor para todos os bairros periféricos estagnados, em termos de infra-estrutura mínima? Haverá "fator de atração" para todos?

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo básico contribuir para o estudo de fenômenos sociais e econômicos da periferia urbana, a partir da análise dos deslocamentos ocorridos, dos problemas quanto a emprego, educação, saúde, habitação, vida comunitária, renda, etc, e sua situação atual como morador em uma área precariamente atendida pelos serviços urbanos, além do que distante do núcleo urbano central.

Tomou-se como objeto de análise empírica o Parque Ouro Verde, localizado em direção Norte, a 4.200m da área central londrinense, no espigão secundário entre o ribeirão Quati e Lindóia.

Procurou-se enfocar, na mesma escala de prioridades, os fatos ligados à migração/marginalidade e suas derivações como: urbanização acelerada, subemprego, carência de serviços públicos urbanos, liberação de mão-de-obra rural, modernização da agricultura, conjuntamente com os en-

foques histórico, físico-natural e espacial-temporal, que melhor explicitariam estas ocorrências.

Três indagações persistiram no final do trabalho, que podem constar como futuras hipóteses de trabalho:

- a) como deter o constante afluxo populacional rural, em direção às cidades?
- b) não haverá uma constante transferência da população "marginal" para bairros não dotados de infra-estrutura, distantes do Centro, à medida em que se observa uma sensível melhora das condições de vida em seu bairro?
- c) como encontrar um elemento impulsor para todos os bairros periféricos estagnados, em termos de infra-estrutura mínima? Haverá um "fator de atração" para todos?

• • •

BIBLIOGRAFIA

- BERLINCK, M. **Marginalidade social e relações de classes em São Paulo**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1975. 152 p.
- BERNARDES, L.M.C. O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. Ano 15 (3) : 3-49, jul. set. 1953.
- BRITO, F.A. e MERRICK, T. Migração, Absorção de Mão-de-Obra e Distribuição de Renda. **Estudos Econômicos**. São Paulo, IPE/USP. 4 (1) : 75-177, jan.-mai. 1974.
- CAMARGO, C.P.F et alli. **São Paulo 1975 — crescimento e pobreza**. São Paulo, Ed. Loyola. 155 p.
- COSTA, M.A. et alli **Migrações internas no Brasil**. Rio de Janeiro. IPEA/INPES, 1971. 190 p.
- DALL'ACQUA, F.M. Estrutura Agrária e liberação de mão-de-obra agrícola no Estado de São Paulo. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 16 (6) : 51-60, nov. dez. 1976.
- D'INCAO E MELLO, M.C. **O bóia-fria — acumulação e miséria**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1975. 154 p.
- FARIA, W. **Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade**. São Paulo. Estudos — CEBRAP 09, jul. ago. set. 1974, p. 129-151.
- FETAEP — Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Paraná. **Relatório Preliminar — Os bóias-frias no Paraná**. Curitiba, 1976.
- FORACCHI, M. Populações Marginais. *Debate & Crítica*. São Paulo, n. 2, jan. jun. 1974. p. 161-168.

- FREITAS, G.P. e ARANHA, N.M.P. **Bóia-Fria, problemas e soluções**. Botucatu, 1975 (Reunião Nacional sobre mão-de-obra volante na agricultura).
- GRAHAN, D.H. Padrões de convergência e divergência do crescimento econômico regional e as migrações no Brasil — 1940/1960. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, jul. set. 1969.
- HOFFMANN, H. **Desemprego e subemprego no Brasil**. Brasília, ago. 1972. (tese de doutoramento USP) — mimeogr.
- JORDÃO NETTO, A. **Tentativa de clarificação dos conceitos de migrantes, trabalhadores volantes**. Botucatu, 1975 (Reunião Nacional sobre mão-de-obra volante na agricultura).
- MARIM, W.C. Absorção de mão-de-obra e modernização da agricultura no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro. 16 (5) : 33-47, set. out. 76.
- MATA — M. Urbanização e migrações internas. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. IPEA, Rio de Janeiro. 3 (3): 715-746, out. 1973.
- MULLER, N.L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. *Boletim Paulista de Geografia*. AGB-SRSP, S. Paulo, n. 22, 1956.
- NAKAGAWARA, Y. **As funções regionais de Londrina e sua área de influência**. 1972, 3 v. (tese de doutoramento apresentada à USP).
- NICHOLLS, W.H. Paiva e o dualismo tecnológico na agricultura: um comentário. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, IPEA, Rio de Janeiro, 3 (1) : 15-50, mar. 1973.
- PADIS, P.C. **Formação de uma economia periférica: caso paranaense**. 1970, 346 p. (tese de doutoramento apresentada à PUC-SP).
- PAIVA, R.M. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: uma reformulação. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. IPEA. Rio de Janeiro. 5 (1) : 117-161, jun. 1975.
- PAOLI, M.C. **Trabalho e marginalidade, um estudo de caso**. (trabalho extraído da dissertação de mestrado, apresentada à USP, dez. 1974, separata, ed. mimeo).
- PASTORE, J. **Migração, mobilidade social e desenvolvimento**, in Migrações Internas no Brasil. IPEA/INPES. Rio de Janeiro, 1971, 190 p.
- REIS, A.M.B. **Interação do operário de origem rural na sociedade urbano industrial da Grande Porto Alegre**. UFRGS/IEPE, Porto Alegre, 1971. 176 p. (tese de mestrado).
- SANTOS, R.R. et alli. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 1975. 295 p.
- SCHUH, G.E. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: alguns comentários. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. IPEA, Rio de Janeiro. 3 (1) : 51-93, mar. 1973.
- SECRETARIA DE BEM-ESTAR SOCIAL. **Favelas: causas e soluções**. Departamento de Habitação e Trabalho. PMSP (s/d)
- SECRETARIA DE BEM-ESTAR SOCIAL. **Estudo sobre o fenômeno favela no município de São Paulo**. Caderno Especial 01 — Boletim HABI-COPED. São Paulo, out. 1974.
- SINGER, P. e CARDOSO, F.H. **A cidade e o campo**. São Paulo, Caderno CEBRAP 07/1972.